Plenário tenta abrandar lei

O projeto de lei de diretrizes orçamentárias recebeu 152 pedidos de destaque para votação de dispositivo em separado. Dos destaques, apenas uma dezena propunha aumento de gastos onde a previsão era de corte e alguns foram aceitos porque atendiam a necessidade de aumento de dotação. Muitos parlamentares queriam, porém, abrandar o espírito de austeridade da lei. São as seguintes as principais modificações propostas no plenário:

— O deputado Furtado Leite (PFL-CE) queria impedir o Congresso de conhecer a lista de funcionários públicos, com seus respectivos cargos e salários, através da qual se poderá combater a prática do duplo emprego. O mesmo parlamentar queria também que se votasse em separado o dispositivo que limita os gastos do presidente Sarney até a posse do próximo presidente a um sétimo do orçamento. A Comissão Mista esperou, em vão, que ele defendesse suas teses. Furtado Leite não compareceu à votação.

— A deputada Irma Passoni (PT-SP) obteve a aprovação de norma que garante a prioridade para as áreas de educação e saúde no orçamento, preservados dos cortes determinados pela lei. Os cortes prevêm a extinção de 80% dos cargos disponíveis deste ano

no serviço federal e 50% dos que ficarem vagos em 1990.

— O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) conseguiu que fossem preservados dos cortes de gastos com pessoal os recursos necessários ao aproveitamento de “docentes pesquisadores” em estabelecimentos de pesquisa e de ensino superior.

— O deputado Paes Landim (PFL-PI) obteve a manutenção dos automóveis de representação utilizados em unidades do Exército e no Ministério de Relações Exteriores; e o deputado Nilson Gibson conseguiu que fossem preservados carros oficiais para os ministros dos tribunais federais superiores. O projeto determinava, até então, que teriam direito a verba para manutenção e abastecimento de veículos apenas os presidentes da República, do Senado, da Câmara dos Deputados e dos tribunais federais, além dos ministros de Estado.

— O senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), desesperou-se quando soube que a lei de diretrizes iria cortar parte da contribuição da União para o funcionamento de entidades de previdência fechada dos funcionários públicos. As contribuições dos parlamentares são atualmente um terço da receita do IPC e passarão a ser metade.